



O Império, O Consenso Perdido e os Cem dias do Governo Lula

EDITORIAL

***Império** é o título do livro de Michael Hardt e Antonio Negri que será apresentado no dia 16 de abril, no evento **Abrindo o Livro**, a mais nova iniciativa do Instituto Humanitas Unisinos. Este evento, previsto para ser realizado mensalmente, apresentará um livro que marca época pelo debate que suscita, suscitou ou poderá suscitar. No livro, o Império é caracterizado pela passagem da sociedade disciplinar para a sociedade de controle, onde as armas, especialmente nucleares, o dinheiro, através da financeirização da sociedade e a comunicação são os principais dispositivos, sempre na esteira de M. Foucault, de controle social. A discussão deste livro, com este tema, é pertinente nos tempos de guerra que vivemos. Os artigos de Francisco de Oliveira e de Néstor García Canclini ajudam a entender o tempo que vivemos e contribuem para a discussão e o debate do livro de M. Hardt e Antonio Negri.*

*É neste tempo de Império que um país como o nosso fez a opção em se afirmar como nação nas eleições de outubro de 2002. Nós as caracterizamos como a Revolução de Outubro (cf. **IHU On-Line** número 41, de 4 de novembro de 2002). Passados os primeiros **cem dias do governo Lula**, publicamos uma série de entrevistas com professores, professoras e uma aluna que também é deputada federal que analisam*

e refletem sobre as primícias do governo Lula. Esta análise é complementada pelo sagaz artigo 'Em busca do consenso perdido' do prof. Francisco de Oliveira.

O Império, por seus dispositivos econômicos, financeiros, militares e culturais, usando como meios os organismos internacionais (FMI, BIRD etc) instaura uma sociedade de controle onde deixamos de ser uma nação para nos tornarmos um mero aglomerado de consumidores e consumidoras. Contribuir, como Universidade tipicamente brasileira, na **busca do consenso perdido** é uma das formas de resistência ao Império.

Voltamos a circular, devido ao feriado nacional na próxima segunda-feira, no dia 22 de abril, terça-feira.

A todos e todas desejamos uma Feliz Páscoa da Ressurreição.

A Unisinos e os 100 dias do Governo Lula

Publicamos uma série de entrevistas com professores, professoras e uma aluna da Unisinos sobre os cem primeiros dias do governo Lula.

“O GOVERNO AINDA DEVE AO BRASIL AS MUDANÇAS PROMETIDAS”

Para a estudante de Direito da Unisinos e Deputada Federal Luciana Genro (PT-RS), o governo ainda deve ao Brasil as mudanças prometidas e está realizando uma continuidade na política econômica. “Superávit primário através de grandes cortes no orçamento para seguir sustentando os bancos e ainda subindo os juros cada vez mais, aumentando a dívida e fazendo mais cortes nos gastos públicos, um círculo vicioso maligno que precisa ser interrompido. Nas reformas, segue a mesma lógica do governo anterior. Na tributária, por exemplo, a tributação se dá no consumo e não na riqueza nem na propriedade. Os que acumulam riqueza e propriedade acabam pagando menos. A reforma previdenciária traz o problema das aposentadorias. Sessenta e cinco por cento dos aposentados ganham até um salário mínimo. Os mais pobres pagam até mais 10 anos de serviço para poderem se aposentar com um salário decente. As reformas que realmente precisamos estão faltando. Pelo jeito, o governo não atacará os privilégios. O governo deve mudar a política econômica. Os partidos que antes governavam estão sem discurso, porque vêm o governo Lula aplicar o mesmo modelo de antes. Se o governo mudar, os aliados não lhe darão tanto apoio. Mas a mudança deve ser feita já, enquanto o governo tem popularidade. O Fome Zero é um plano submetido à lógica do FMI com seus cortes orçamentários que atingem todos os setores. Para que haja um salto de qualidade, deve haver uma injeção de recursos, mas o FMI não permite. Nessa lógica, o Fome Zero será sempre insuficiente, um tapa-furos, atendendo o faminto de hoje, enquanto o sistema abre novos famintos. E faminto não é só quem passa fome, é, também, quem come mal. O projeto deve se articular com a política de reforma agrária e desenvolvimento econômico para não fazer assistencialismo e as pessoas terem emprego e poderem comer de seus próprios salários. Em relação aos transgênicos, acho que o governo tomou uma medida que vai prejudicar o Brasil. Eu era da mesma opinião que a Ministra Marina Silva. Ela primeiro propôs que os transgênicos fossem exportados, mas não foi aceito, depois propôs que fossem destinados apenas para os animais, mas também não foi aceito. Meu medo é que quem esteja

dando as tintas nesse sentido seja o Ministro da Agricultura Roberto Rodrigues. Ele é um empresário da agribusiness que sempre apoiou os transgênicos. Meu medo é que essa medida seja um encaminhamento para a liberação dos transgênicos”.

“OS 100 DIAS DE UM GOVERNO E AS 1001 NOITES DE TODO UM POVO”.

Gláucia Campregher é doutora em Economia, pela Unicamp e professora do Centro de Ciências Econômicas da Unisinos. Ela mostra-se cuidadosa na hora de confrontar a realidade e os sonhos. “Ao contrário do que pensam muitos, realidade e sonhos não devem ser vistos em separado. O que não significa cobrar dos cem dias do governo a resolução para as nossas mil e uma noites de expectativas de mudanças. Afinal, mesmo na estória das “mil e uma noites” era o desafio de cada noite em particular que era importante. Era na luta pela vida de cada dia que a inteligência e a criatividade da heroína foram construindo mais que a sobrevivência, a conquista do coração e mente do rei.

A alusão à fábula me é útil para fugir à minha língua profissional – o economês – para dizer que, do meu ponto de vista, o governo está lutando pela sobrevivência de cada dia, sob a mira do “vilão mercado”, sem descuidar de mobilizar a boa vontade pública e a criatividade técnico-política para solidificar uma solução para o país que nos tire da luta permanente pela sobrevivência.

Senão, vejamos o caso dos juros e do superávit fiscal. A elevação da taxa de juros parece um balde de água fria sobre as expectativas de retorno ao crescimento econômico viabilizado por um crédito maior e mais barato. Porém, a valorização do dólar, desde o período pré-eleitoral, vinha pressionando a inflação e minando as expectativas quanto ao futuro dos investimentos em nosso país. É verdade que ela também ajudou a melhorar o desempenho das nossas exportações, mas a sua continuidade, mais que o seu patamar, poderia pôr a perder todo o custo social pago para pôr fim às altas taxas de inflação que nos amargaram no passado. Assim, era mister conter a procura por dólares, aumentando as taxas de juros, conduzindo os especuladores para outras formas de acumulação financeira. Se esta é uma estratégia de curto prazo, emergencial, não há o que se temer. A diminuição estrutural dos juros pode e deve estar ainda nos planos da política monetária.

Talvez, no caso da elevação do superávit fiscal, tenhamos sido “mais realistas que o rei”, pois o índice de 4,25% sequer era uma exigência do FMI. Acredito, contudo, que tenha se tratado aí de chamar mesmo a atenção para a seriedade com o compromisso de uma gestão austera, o que ajudou, sem dúvidas, na reversão das expectativas - que estão valorizando o real aqui dentro e nossos títulos lá fora.

Não acredito que ambas as medidas sugiram continuidade com a política do governo anterior e traição às promessas de campanha. Os governos estaduais e municipais do PT se pautaram, desde sempre, pelo saneamento das contas públicas. O equívoco e o continuísmo estariam na defesa da não intervenção do Estado, na diminuição do gasto público como um fim em si, e não na superação do estrangulamento fiscal para que o Estado volte a ter condições para essa intervenção. Logo, estou avaliando que também a promessa de vultosos superávits fiscais não é uma aposta estrutural. Ela é feita num ano em que o governo faz uma devassa nos contratos e nos programas herdados, analisa as melhores formas de articular as ações de cada área e discute com a sociedade as mudanças estruturais mais sérias. Não gastar agora “faz parte”; se a intenção for gastar melhor daqui para a frente. No que gastar - no enfrentamento das graves questões sociais (como a fome) – é o que se decidiu nas urnas em novembro passado. A avaliação mesma do acerto desta decisão e da sua implementação só se fará daqui a 1360 dias.

“NADA DE MUDANÇAS BOMBÁSTICAS OU PROMESSAS INCONSEQÜENTES”

Para Álvaro Filipe Oxley da Rocha, mestre em Ciência Política, doutor em Direito, professor e pesquisador do Centro de Ciências Jurídicas da Unisinos, faz algumas observações, pelo prisma da Ciência Política. “O próprio fato de o Partido dos Trabalhadores haver conseguido, após tantos anos, eleger seu principal líder e fundador à Presidência da República ensejou, por parte de diversos grupos sociais, manifestações de alegria, mas também de incerteza e de resistência. A alegria decorreu, em boa parte, por se tratar o novo Presidente de pessoa egressa de parcela significativa da população, que jamais se viu representada no órgão máximo de condução do Estado brasileiro. Esse fato, por si só, agrega em Lula a força de uma legitimidade nunca antes depositada em um Presidente da República. Por esse aspecto, sua eleição trouxe a esse grupo a expectativa de ver atendidas necessidades sociais sempre colocadas em segundo plano, em decorrência de uma lamentável tradição de injustiça social. Por outro lado, a eleição de Lula também decorre do apoio recebido da classe empresarial, como resultado de uma aposta na efetivação de reformas estruturais no aparelho do Estado, especialmente nas áreas tributária e previdenciária, além da política e judiciária. Essas reformas podem ensejar, nesse prisma, a retomada e a manutenção do crescimento econômico do País em bases reais, promovendo nossa inserção no cenário internacional como uma democracia industrial moderna e confiável, realizando uma política de mercado, o que implica o abandono da velha política de troca de favores e privilégios concedidos a minorias tradicionalmente agarradas aos mais altos círculos do poder do Estado. Incerteza e resistência surgem, contudo, entre muitos desses mesmos empresários e também entre investidores nacionais e internacionais, quanto à real capacidade de Lula e seus assessores de efetivar essas mudanças, prometidas e adiadas por todos os presidentes, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988. A política adotada, entretanto, parece ser acertada: nada de mudanças bombásticas ou promessas incoseqüentes. A condução da política econômica tem sido até mais ortodoxa que a do governo de Fernando Henrique. Apresentaram-se, imediatamente, os esboços das reformas antes citadas, que não podem mais ser adiadas. Lula inicia seu governo com ações que não comprometam a pouca capacidade de investimentos da União, mas marquem sua disposição de mudanças políticas e sociais, com uma nova atitude perante a comunidade econômica internacional e o lançamento do projeto Fome Zero. Entretanto, surgem críticas quanto a uma improvável contradição entre o antigo discurso radical do partido e sua atual ação profundamente cuidadosa, especialmente na área econômica. Porém isso nada tem de contraditório: Lula e o PT esforçam-se, nesse primeiro ano, por ganhar a confiança das comunidades econômica e política internacionais, mas não parecem abrir mão do projeto de provocar profundas mudanças, a exemplo da gestão da prefeitura de Porto Alegre. Essas mudanças, tudo indica, deverão ocorrer durante os próximos dois anos de mandato de Lula, para que os frutos comecem a ser colhidos no quarto ano, criando condições para uma provável reeleição do Presidente. Todas as contingências enfrentadas até aqui, como o descontrole social no Rio de Janeiro, o problema do salário-mínimo e as que forem surgindo ao longo desse primeiro ano, deverão ser enfrentadas de fato, nos próximos dois anos, para permitir a efetivação das reformas estruturais do Estado. O balanço desses primeiros cem dias parece-nos extremamente positivo, justificando o otimismo interno e externo sobre o governo de Lula. O melhor período, todavia, para se ter uma idéia mais clara do que virá no futuro, será o final do primeiro ano de mandato, sobre o qual, se for mantido o atual quadro, podemos ser bastante otimistas”.

“A SOCIEDADE É CONSERVADORA”

Attico Chassot é pós-doutor, pela Universidade Complutense de Madri, doutor em Educação pela UFRGS e professor do PPG em Educação da Unisinos. O professor avalia a política

externa e interna do atual governo. “Quando ouço que os diretores do FMI elogiam as políticas do governo brasileiro, e Lula afirma que a esquerda e a direita são conservadoras, devo concordar com as duas avaliações. Isso traduz o quanto minhas/nossas decepções iniciais são internas e externas. E as minhas decepções são pelo quanto gostaria de ver mais aligeiradas as mudanças necessárias. Afinal, quanto de nossas utopias já se esboroaram em outros tempos. Assim, adiro à ilustrativa metáfora da reforma da casa, sem prejudicar os moradores, que há um tempo foi veiculada pelo PT. Das internas, muito provavelmente, são aquelas relacionadas com a política econômica as que mais desagradam. Não tenho competência para análises econômicas, mas muito certamente não houve mudanças que pensávamos podiam ter acontecido quase imediatamente. Por outro lado, é Maria Conceição Tavares, economista das mais respeitáveis, que, sem papas na língua, diz em matéria transcrita na *Folha de S. Paulo*, de 10 de abril, que “*nesse tipo de mundo em que vivemos se justificam as opções econômicas de Lula!*” Quando tomo conhecimento dos elogios do FMI, vejo não como uma adesão servil, mas entendendo que há, em curso, uma boa proposta de um governo que busca implantar uma política com justiça social, algo por que há muito clamávamos. Assim, creio que, na mesma análise de situação econômica global perversa, se possa até justificar como pontualmente acertada a decisão quanto ao comércio de transgênicos, pois essa foi uma herança corrupta para a qual não havia alternativa para um governo que acertadamente coloca combater a fome como a sua mais ingente prioridade: não se podia agora queimar quase 10 milhões de toneladas de soja. Quanto a fazer uma Fórmula-1 tabagista, me parece que muito provavelmente houve um erro, pelo menos político. Não sei avaliar o econômico.

Quanto às externas, concordo com o Presidente: a sociedade é conservadora e mais, é formada por grupos muito corporativos, que lutam mais por vantagens grupais e menos por aquelas sociais (leia-se para toda a sociedade). Ilustro isso com algo que talvez não se relacione com o governo Lula: a greve da área da saúde em Porto Alegre. O argumento corporativista discriminatório e caviloso é querer trabalhar 20 horas, mantendo um contrato de 40 horas. Volto ao conservadorismo. São indiscutíveis as necessidades de reformar a previdência, mas o bordão é este: façamo-la, desde que os militares, os juizes, os deputados, os professores – castas intocáveis – conservem seus benefícios. Enquanto não houver, no país, aquilo que, mesmo meteoricamente, implantou a Revolução Francesa, apenas as cidadãs e os cidadãos, não teremos uma justiça social. Não é possível termos as muitas corporações, lutando quase só por direitos adquiridos, que foram, muitas vezes, mal adquiridos. Contou o Presidente que, ainda em dezembro, houve quem ganhasse salários(!) de 53 mil reais. Esses são os direitos adquiridos que devem terminar. A não linearidade do recente aumento ao funcionalismo federal, mesmo que há mais de 8 anos não houvesse reajustes, me parece uma boa iniciativa; é preciso dar uma de Robin Hood. Bem diz o Presidente Lula, esse transatlântico chamado Brasil estava em uma rota tão desastrosa que agora não pode, sem risco de soçobrar, dar uma guinada muito brusca. E já vemos reflexos de uma correção de trajetória”.

EM BUSCA DO CONSENSO PERDIDO

*No contexto da situação mundial marcada pela guerra no Iraque e da conjuntura nacional dos primeiros cem dias do governo Lula, publicamos a íntegra da aula magna, sob o título acima, do professor Francisco de Oliveira proferida, no início do ano letivo de 2002, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP). Francisco de Oliveira é Professor Titular de Sociologia do Departamento de Sociologia da FFLCH-USP e Coordenador Científico do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic) da FFLCH-USP. Francisco de Oliveira é autor de inúmeros livros, entre os quais destacamos **A Economia da dependência perfeita**, Rio de Janeiro: Graal, 1989 e **Os direitos do antivalor**, Petrópolis: Vozes, 1998. Mais recentemente publicou **Classes Sociais em mudança e a luta pelo***

socialismo, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. O **IHU On-Line** publicou do autor o artigo **As grandes transformações originaram-se na esfera social** no número 46, de 9 de dezembro de 2002. Francisco de Oliveira já confirmou a sua presença na Unisinos, no segundo semestre deste ano, onde ministrará um módulo do **Ciclo de Estudos sobre o Brasil**, promovido pelo IHU e participará do **IHU Idéias** com uma palestra sobre Karl Polanyi, um dos autores citados no texto abaixo. Recebemos a íntegra do texto por intermédio de João Pedro Stédile a quem agradecemos o envio. Os subtítulos e as notas são do **IHU On-Line**.

DEMOCRACIA: UM LUXO CONCEDIDO PELA ECONOMIA?

“As tendências concentracionistas e centralizadoras do capitalismo contemporâneo caminham na contramão da democracia e da república principalmente como normatividade. Às instituições assegura-se-lhes o funcionamento regular e sua louvação é até exagerada, como se não se tratasse de construções históricas. A política é largamente oligarquizada pelos partidos e os governos tornam-se mais e mais intransparentes; nas mais das vezes a institucionalidade erige-se em barreira à participação popular. Decisões cruciais que dizem respeito à macroeconomia e, embora não pareçam, à vida cotidiana dos cidadãos e eleitores, correm por fora das instituições da representação popular, até mesmo na sua instância máxima, que é o poder executivo. Tais tendências estão dizendo, à maneira de George Soros, que o voto popular é supérfluo, economicamente irrelevante e até um estorvo, que as instituições democráticas e republicanas são o pão - escasso - do circo - amplo - para manter as energias cidadãos entretidas enquanto os grupos econômicos decidem o que é relevante. A democracia e a república são o luxo que o capital têm que conceder às massas, dando-lhes a ilusão de que controlam os processos vitais, enquanto as questões reais são decididas em instâncias restritas, inacessíveis, e livres de qualquer controle.

A sociedade de controle

Está em gestação uma sociedade de controle, que escapa aos rótulos simples do neoliberalismo e até mesmo ao mais radical e oposto do autoritarismo. Não parece autoritarismo, pois as escolhas por intermédio das eleições se oferecem periodicamente, embora o instinto do eleitor desconfie da irrelevância de seu voto, haja visto a clamorosa abstinência que marca as eleições norte-americanas e mais recentemente o caso francês, onde o Partido Socialista foi excluído do turno final das eleições presidenciais de 2002 pela simples indiferença do seu eleitorado tradicional; a opinião pública manifesta-se abertamente, jornais apoiam ou criticam, a crítica é permitida mas tudo permanece igual.

Um Big Brother Panóptico

Não é neoliberalismo porque raras vezes se viu controles estatais tão severos, e "intervencções" tão pesadas: agora mesmo o ultraconservador George W. Bush anuncia um programa nitidamente keynesiano para vitaminar a economia norte-americana; Mrs. Thatcher realizou a mais pesada ação do Estado inglês, para promover a ...privatização. O mesmo aconteceu em menor escala na França. A Argentina e o Brasil seguiram o receituário inglês, privatizando numa escala parecida e furtando-se à posse e propriedade de megaempresas que tinham a capacidade de orientar o próprio investimento privado e a economia. Mas as privatizações foram realizadas com fundos públicos, e o BNDES foi transformado, paradoxalmente para os que acreditam no livre mercado, na coerção estatal mais poderosa para transferir para o setor privado o que poderia, pelos mesmos meios, ter permanecido como propriedade estatal, e assim ter-se logrado um aumento do investimento real. A ciência social, clássica e moderna, já havia advertido para o novo Leviatã, que não é o Estado, mas um controle à la Orwell e Huxley,

uma presença ausente ou uma estrutura invisível, um *Big Brother* que panópticamente tudo olha e vigia. Foucault talvez tenha sido o que recuperou de forma mais incisiva o caráter sutil do novo Leviatã, esses micropoderes, dispositivos, disciplinas e saberes, cuja soma algébrica os transforma num macropoder ao qual ninguém se furta, inclusive os governos mais poderosos.

Uma política sem política

Uma política sem política. Weber já havia advertido para a "jaula de ferro" em que a democracia vê-se enclausurada pela burocracia, que é, contraditoriamente, o modo de processamento impessoal dos conflitos que está na raiz da modernidade. Os frankfurtianos, inspirando-se em Schopenhauer e Nietzsche, ancorando simultaneamente em Weber e na crítica de Marx, assinalaram o poder coercitivo do novo Leviatã, ao caracterizarem o nazifascismo não como um desvio da modernidade, mas seu desdobramento trágico e inapelável. Sobre a posição de Marx não é preciso sequer insistir: o caráter quase inapelavelmente determinante das formas capitalistas lhe pareceu sempre superior às vontades dos indivíduos, moldando as instituições, a crítica do caráter alienante do capital.

FMI e Foucault

O FMI é um saber foucaultiano: ele enquadra os governos nacionais, recomendando superávits e outras medidas, que são *diktats*; suas missões são o guarda penitenciário que reiteradamente dá uma olhada no prisioneiro; este mantém suas contas prontas para mostrar ao gendarme que volta, mas essa volta é até dispensável, pois o prisioneiro faz o dever de casa como um autômato. Governos adotam dispositivos como a Lei de Responsabilidade Fiscal, no Brasil: caso os governos estaduais e municipais não alcancem os percentuais de gasto sobre receitas estabelecidos pela Lei, as transferências do Governo Central serão cortadas automaticamente. É uma guilhotina. E pode-se pensar que o "jeitinho brasileiro" também contornará esse dispositivo, na melhor tradição cordial: os inúmeros conflitos que marcaram as relações do governo Itamar Franco em Minas Gerais com o governo federal sob Fernando Henrique Cardoso, com a suspensão das transferências devidas a Minas por este estado não ter honrado o pagamento de sua dívida com a União no tempo devido, dizem que o dispositivo foucaultiano é para valer. De fato, o governo federal replica sobre as entidades federativas, o mesmo tratamento que recebe do Fundo Monetário Internacional. Alguns louvam essa automaticidade como um avanço da impessoalidade no trato da coisa pública, uma melhoria na transparência do Estado brasileiro, ou para os que pensam em inglês, um real progresso na *accountability*.

As agências de risco: dispositivo foucaultiano

As agências de risco, que medem as diferenças entre as taxas de juros de cada país e a taxa de juros norte-americana, são dispositivos foucaultianos, que num simples mexer para baixo ou para cima, afetam a moeda e a dívida pública de Estados nacionais: quem os dotou desse poder? Ninguém, pois são organizações privadas. Mas suas avaliações podem ter efeitos devastadores sobre a economia do país que eles julgarem de alto risco. Suas indicações são seguidas cega e caninamente. Presididos pelo *Big Brother*, o governo norte-americano, que a tudo vigia e orquestra, instituições, saberes, dispositivos e disciplinas compõem uma arquitetura de "buraco negro", ao qual nenhuma sociedade, nenhum governo, nenhuma economia escapa.

Economias Nacionais Financeirizadas

A periferia capitalista dotou-se recentemente de instituições democráticas, na virada de décadas de ditaduras e autoritarismos cujo papel funcional foi o de acelerar as condições de internacionalização das economias, um movimento já inserido na nova dinâmica, apenas esboçada, da globalização. Através de suas dívidas externas, as economias nacionais da

América Latina, e em escala menor da África - nesta, com as conseqüências trágicas da miséria que consome o continente-matriz da espécie humana - foram financeirizadas, e todo o esforço logrado por uma industrialização a marcha forçada viu-se anulado nas décadas de oitenta e noventa pelo pesado serviço da dívida. A democracia foi transferida a hipoteca dos regimes ditatoriais, sob a dura imposição de reverter os quadros de perda da autonomia nacional, dependência financeira crescente e miserabilização das populações.

É neste quadro que elas se debatem, constringidas pela arquitetura foucaultiana da sociedade de controle. Na volta - ou em alguns casos na única implantação original - da democracia, novos mandatários viram-se presos nas tenazes dessa inflexível arquitetura e todos os esforços de modernização e inserção na nova onda global resultaram em estrepitosos fracassos. Mesmo concedendo-se-lhes o benefício da dúvida, para não pressupor-lhes desde o início propósitos de ceder a soberania, quanto maior o esforço para entrar no paraíso do Primeiro Mundo, pior o fracasso. A Argentina já é o caso clássico. Mas o Brasil não fica nada atrás; seu processo de anomia nacional avançou enormemente no governo Fernando Henrique Cardoso.

Colômbia, Argentina, Brasil

A estabilidade monetária, conseguida graças à abdicação da moeda nacional, na Argentina já foi pelos ares: o país austral fechou 2002 com uma inflação da ordem de 40% anual, contrastando com o "êxito" menemiano de inflação suíça. A inflação brasileira já bateu nos 26% anuais, medida pelo IGP-DI, outra vez em contraste com a deflação dos dias iniciais de êxito do Plano Real. A desestatização que buscava um Estado enxuto, resultou na perda do controle nacional sobre poderosas unidades produtivas, e a empresarização do Estado, teorizada entre nós por Bresser Pereira, terminou na incapacidade de supervisionar minimamente os conflitos sociais, que se privatizam na medida mesma em que o monopólio legal da violência é contestado pelas gangues, grupos armados e empresas oligopolistas. Colômbia, Argentina, Brasil, "nomes tão velhos/que o tempo sem remorsos dissolveu".

Autonomia do Banco Central: uma nova prisão

Mas ainda é pouco. Para completar a arquitetura foucaultiana, recomenda-se avançar no sentido da anulação da política; recomenda-se mais automaticidade nos processos, mais dispositivos, mais sujeição do corpo (da Nação), mais que "os detentos se encontrem presos numa situação de poder de que eles mesmos são portadores" (Foucault). No Brasil, agora, essa nova prisão chama-se "autonomia do Banco Central". Cantada em prosa e verso por todos os articulistas dessa ciência, desse saber que é na verdade um dispositivo de poder. Exigida como condição de modernidade, de completude.

Moeda: o estado moderno do capitalismo

Se fosse permitido reduzir o Estado ao mínimo denominador comum - o que se faz apenas para mostrar a exemplaridade da questão - se poderia dizer que o Estado moderno no capitalismo avançado é a moeda. Que em Marx e Keynes é endógena, isto é, deriva e processa as relações sociais entre agentes privados, no passado era de emissão privada mesmo: o capitalismo avançado derogou esse anacronismo, exatamente por entender que ela é o monopólio legal da violência em estado puro, e portanto não pode ser manejada por nenhum agente privado. Na interpretação de Aglietta e Orléans⁽¹⁾, a moeda é o vetor das violências privadas, e sua metamorfose em moeda estatal e modernamente em moeda do Banco Central é o mais poderoso universalizador da violência de classe. Polanyi⁽²⁾ advertiu precisamente que

¹.- AGLIETTA, Michel – ORLEAN, Andre, **A violência da moeda**, São Paulo: Brasiliense, 1990.

².- POLANYI, Karl, **A Grande Transformação. As origens da nossa época**, Rio de Janeiro: Campus, 2000, 2ª ed. O tema do **IHU Idéias** que terá como participante Francisco de Oliveira será K. Polanyi e a sua obra clássica aqui citada.

a moeda não é uma mercadoria e que a sociedade havia criado os meios para proteger-se de sua possível mercadorização para evitar os efeitos devastadores dessa deformação. O Banco Central é parte desse programa civilizador do capital, mas sua autonomia ou independência vai na direção contrária à "grande transformação" assinalada por Polanyi. Guardião do signo maior da divisão de classe da sociedade e de sua reprodução, o Banco Central é, em todas as sociedades capitalistas, a instituição mais fechada, mais avessa à publicização. Numa palavra, a instituição mais anti-republicana e mais antidemocrática. Nenhuma instituição zomba tanto da democracia e da República quanto o Banco Central. Nenhuma instituição proclama a toda hora que o voto é supérfluo, que o cidadão é uma abstração inútil, com tanta eficácia. Nenhuma instituição é mais destruidora da vontade popular. Conceder-se autonomia ao Banco Central é perder a longa acumulação civilizatória mesmo no capitalismo. O de que necessitamos numa reforma política, é introduzir, com vigor, formas da democratização e republicanização do Estado, devido ao forte e insubstituível papel que joga no capitalismo avançado.

Banco Central : controle cidadão

Um dos lugares que está necessitando de novas formas democráticas e republicanas é justamente o Banco Central. Encontrar modos e maneiras de estabelecer o papel da cidadania no controle do Banco Central, é uma das urgências da democratização. Não é uma tarefa simples. O Banco Central, lidando com a moeda, que se movimenta hoje com a velocidade dos sinais eletrônicos entre os vários mercados financeiros e de capital do planeta, tem como eterno álibi a presteza das decisões, com o que se alega que sua administração não se compadece com controles democráticos, cuja velocidade é diversa, não por atavismo, mas para permitir a intervenção da cidadania..

É exatamente aqui um dos quiproquós mais denunciadores da ideologia do capital, introjetada no Banco Central. No modelo de Banco Central subordinado ao Ministério da Fazenda, que é o nosso, os administradores do Banco Central e seus funcionários são servidores do Estado brasileiro, e podem ser responsabilizados em todas as instâncias, a começar pela instância administrativa. No modelo de Banco Central independente, que é o norte-americano, os funcionários do Banco Central não são servidores públicos. Mesmo o liberalismo norte-americano cuidou de diversificar, criando bancos centrais regionais, para que o interesse federativo sopesasse decisões centralizadoras garantindo, por esse mecanismo oblíquo, que os cidadãos estivessem representados. De alguma maneira, do ponto de vista liberal, em Estados de Direito Democráticos, o cidadão também está representado no funcionário público. Assim mesmo, é evidente que essa representação é anacrônica. Mas, um passo adiante no sentido da autonomia e da independência do Banco Central é romper, inclusive, com esse débil liame que liga o funcionário do Banco à cidadania. No modelo de independência, o servidor do Banco Central não tem que prestar contas a ninguém, salvo àquele que o tem sob contrato para gestão da moeda. Isto afasta imediatamente a cidadania de exercer seus direitos sobre a gestão do Banco Central. Resta apenas a instância criminal para punir corrupção ou malversação dos fundos públicos geridos pelo Banco Central.

Isto ficou evidente na questão do empréstimo do Banco Central aos bancos FonteCidade e Markan, quando da desvalorização do real. Qualquer cidadão poderia ter feito, ações de responsabilização sobre os funcionários do Banco envolvidos na operação, tal como o Ministério Público está fazendo, apesar de que as ações não tiveram nenhum efeito até agora. No caso norte-americano existe, entretanto, uma cultura da manutenção da concorrência, inscrita na sociabilidade, que sustenta as instituições de defesa da concorrência e é sempre por esse viés que a Suprema Corte trata os casos de abusos do poder econômico, inclusive os de gestão temerária do FED. Noutros casos, como o nosso, o fracasso do CADE e a inoperância da CVM atestam bem que o patrimonialismo inscreve-se a ferro e fogo mesmo nas instituições criadas para anulá-lo.

A democratização do Estado. Torná-lo res-pública

Aqui reside uma importante questão. Não se trata de denunciar a democracia como lenta, imperfeita, sujeita à corrupção, incapaz de corrigir as desigualdades sociais, na linha da crítica da direita, à la Burke, Tocqueville - com seu medo, bem aristocrático, da massificação democrática - ou mais modernamente Schmitt. Trata-se de democratizar também o Estado, e republicanizá-lo. Fazendo-o através da criação de instituições que estejam ao alcance dos cidadãos, trazendo-as a níveis em que a ação popular possa intervir eficazmente. As fórmulas para tanto têm que ser inventadas, pois a democratização não avançou muito na criação de novas instâncias de poder, havendo, ao contrário, uma sacralização das instituições mais ancestrais, como se elas tivessem sido paridas do fundo dos tempos, retirando-lhes a história viva de suas constituições e formações nacionais.

O Orçamento Participativo

Se no passado a esquerda notabilizou-se por uma concepção instrumentalista da democracia, no presente se dá o contrário: são abstraídas as condições concretas da formação da democracia, o que tem impedido avanços na sua concepção e prática. O caso do orçamento participativo aparece como *sui generis* exatamente pela sua inovação, num terreno onde a mesmice tem sido a regra. Como democratizar e republicanizar o Banco Central? Em primeiro lugar, não lhe concedendo autonomia nem independência. Em segundo lugar, dentro do estatuto que hoje tem, subordinado ao Ministério da Fazenda, melhorando os instrumentos de controle do Parlamento, indo além da mera sabatina que o Senado faz quando da indicação do presidente e diretores. Organizando melhor a própria sabatina, pois a que é realizada perde até para o concurso Show do Milhão. E pergunta-se: porquê o Senado, se é a cidadania que é afetada sobretudo pela atuação cotidiana do Banco Central? Porque não implicar a Câmara de Deputados também no controle? O Tribunal de Contas da União, que é órgão de controle deve ser aperfeiçoado, em vez de extinto, como é o reclamo da grande imprensa. Ele é inútil tal como está, mas seu melhoramento seria uma forma de reforçar os controles democráticos sobre o gasto público, no qual se inscrevem os prejuízos. Em terceiro lugar, criando uma câmara de cidadãos encarregada de emitir pareceres sobre a atuação do Banco Central. Um comissão renovável periodicamente, composta não de peritos mas dos cidadãos comuns, para os quais deve haver uma assessoria, que funcione permanentemente antecipando, ao invés de simplesmente verificar posteriormente o que foi feito. De uma tal comissão, devem ser excluídos, evidentemente, Fernandinho Beira-Mar e ... banqueiros.

A busca do consenso perdido e o papel da Universidade

Não conheço fórmula para isso, mas a democracia mesma é uma invenção. Esta é a busca do consenso perdido: o consenso de que somos uma Nação e não uma aglomeração de consumidores. Cabe à universidade um importante papel nesta luta. Os clássicos das ciências sociais no Brasil deram uma importantíssima contribuição para "descobrir" o Brasil e "inventar" uma Nação. O malbaratamento neoliberal da última década, no vagalhão mundial globalitário, desestruturou, perigosamente, o Estado e pode levar de roldão a Nação. A Universidade é o lugar da produção do dissenso, em primeiro lugar; dissenso do discurso do "pensamento único". Passo insubstituível para a produção de um novo consenso sobre a Nação, que é obra da cidadania, mas que pede e requisita a universidade para decifrar os enigmas do mundo moderno. Não se pede partidarização da universidade: é todo o contrário. Pede-se, isto sim, que recuse as simplificações, os consensos oportunistas, o equilíbrio fácil, para ceder lugar à reflexão da complexidade de uma Nação de desiguais tentando encontrar o lugar para seus cidadãos no *Mare Ignoto*.

As promessas da modernidade e a guerra

Podemos fazê-lo, sozinhos, no mundo? Há uma crise mundial e esta convoca a universidade com urgência para ajudar no seu deciframento. Em que dobra do tempo se esconderam as promessas da modernidade? Foi em Auschwitz, temporariamente, ou se evaporaram irremediavelmente?⁽³⁾ A anunciada guerra contra o Iraque é a continuidade de Auschwitz, e o fundamentalismo de Bush é a impossibilidade de qualquer interrogação sobre a sociedade contemporânea, a inutilidade das ciências humanas? Havia, latente, como pensaram autores da Teoria Crítica, uma "personalidade autoritária" na sociedade capitalista mais avançada, facilmente derrapável para o totalitarismo? Pode-se dizer ainda "sociedade capitalista avançada"? Há lugar, ainda, para a política, ou o imenso dispositivo do capital já eliminou o sujeito tão radicalmente que tornou o prisioneiro vigilante de sua própria prisão? Estas são as questões postas pela melhor tradição teórica. Está acima de minha capacidade a menor pretensão de respondê-las, e sequer de acrescentar-lhes dramaticidade.

Contra o determinismo genético e digital a aposta no humano

De que busca de consenso, então, se trata? Do consenso de que é possível, é necessário, é urgente, formular as respostas, consciente da advertência dialética de que, no momento mesmo em que o fazemos, elas já caminham para a caducidade. A universidade continua sendo o lugar privilegiado para a produção ou a tentativa das respostas. Ela não pode se abandonar aos determinismos genético-biológicos e moleculares-digitais, pois isso significaria renunciar ao humano, que é a invenção constante do contingente e do provisório. A disputa pelos sentidos da sociedade está de novo em ponto de ebulição. O Brasil é um remoto lugar dessa disputa, e se enganariam gravemente os que pensam que a nossa especificidade nos protege da crise global, que há um "jeitinho brasileiro" para a crise. Cabe-nos enfrentar esse desafio, porque ninguém fará em nosso lugar".

Unilateralismo X Multiculturalismo

Publicamos o artigo intitulado 'Cruzada de sonâmbulos. Conquista militar e fracassos culturais' de autoria de Néstor García Canclini, publicado no jornal argentino Clarín, em 5 de abril de 2003. Canclini é antropólogo argentino radicado no México, leciona na Universidade Autónoma Metropolitana do México. Autor de vários livros, entre os quais destacamos: Consumidores e Cidadãos. Conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996, Culturas híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade 3.ed., São Paulo: Edusp, 2000. No ano passado, publicou Latinoamericanos buscando lugar en este siglo, sem tradução brasileira. A tradução e os subtítulos são dos colegas do CEPAT, Curitiba, aos quais agradecemos.

"Os Estados Unidos procuram hoje ampliar sua expansão bélica e política em contradição com o reordenamento cultural e comunicacional ocorrido durante a globalização. O que sabemos sobre estas mudanças permite entender os obstáculos com que já tropeça a prepotência imperial. Talvez ajude a imaginar políticas alternativas concordes com o que ensina o avanço mundial das indústrias culturais sobre a lógica diferente das sociedades e o papel indispensável das diferenças e das inovações na construção de consensos duráveis e mesmo de mercados sustentáveis.

³ Sobre este mesmo tema veja a coincidência de análise com o artigo de J. Moltmann, cuja segunda parte publicamos neste número. Um sociólogo e um teólogo convergem na análise da modernidade.

Argumentos dos EUA para encerrar a multipolaridade

Os Estados Unidos apresentam dois argumentos para fechar a etapa histórica da multipolaridade. Primeiro: posto que eles ajudaram a Europa a se libertar do nazismo e o mundo a acabar com o comunismo, agora, teriam direito a desempenhar o papel de representantes absolutos do mal e do bem. Como uma das propriedades dos projetos do mal ilimitado é auto-absolver-se, eles se erigem em eixo do bem, mas atuam negando aos outros a possibilidade de discutir suas posições, e se for necessário destruindo-os, dois traços definidores do mal quando pretende ser exclusivo.

O outro argumento é que eles têm direito à exclusividade ao globalizar o mal porque dispõem do maior poder militar.

Maniqueísmo: negação da diversidade

Este “raciocínio” apresenta quatro problemas. Primeiro, os próprios governantes norte-americanos não conseguem sair do esquema bipolar entre bem e mal (a rigor, entre dois tipos de mal), erigindo um outro poder a ser enfrentado: o terrorismo. Não conseguem situá-lo com clareza: assinalaram primeiro a Al Qaeda, depois Hussein, agem como se a Coreia do Norte não fosse tão importante, e começam a ver a ameaça disseminando-se pelos Estados Unidos e pelo mundo, como corresponde a um poder globalizado. Estendem a paranóia de forma ilimitada e justificam, assim, seu papel “redentor” em todas as partes. Não conseguem eliminar o mal, mas aspiram a que sejam aceitos como o único poder que, por ser tão extenso e opressor, teria mais capacidade de vencê-lo, motivo pelo qual necessitam aplicá-lo sem restrições. A pesquisa feita pela revista *Time* em sua página na Internet européia mostrou a ineficiência deste procedimento: “Que país representa maior perigo para a paz mundial em 2003?” Das 318 mil opiniões recolhidas, 7% optou pela Coreia do Norte, 8%, pelo Iraque e 84% apontou os Estados Unidos como o maior perigo. É preciso reconhecer, pelo menos, que Bush conseguiu ser mais impopular que Saddam e com grande margem de vantagem.

Já sabemos o quanto isso é desconcertante para um país que se crê eleito por Deus e bem intencionado em todas as suas missões no mundo (“por que somos tão odiados?”). Está bem que façamos todo o possível, ao dialogar com os norte-americanos dispostos a se assustar com o rechaço que recebem, para lembrá-los e explicar-lhes como chegaram a isso. Mas esta mesma conversa requer conhecer os variados processos históricos e movimentos socioculturais dos Estados Unidos, tarefa escassa nos poucos centros latino-americanos dedicados a estudá-los, que geram essa incompreensão.

O ‘mal’ visto de forma simplista

O segundo problema é que a atual caracterização do mal é uma das mais rústicas da história. Ao eleger o terrorismo como *alter ego*, tornou-se mais fácil para eles venderem a visão do que nos ameaça é apenas uma questão bélica que pode estar associada a riscos químicos. Desde a Antiguidade, pensou-se que o mal tinha uma consistência cultural (mesmo que se chamasse “pecado”), e na modernidade se deu atenção às bases ou à dimensão econômica e social do mal. Além disso, as religiões e os poetas têm falado do seu mistério. Pode-se imaginar um lugar onde esta questão esteja mais ausente do que na crueldade de Bush? Talvez seja comparável com as atrozidades desenvolvidas por Hussein e Sharon.

A administração norte-americana teve a precaução, em outras etapas, de se assessorar com antropólogos e sociólogos para entender as implicações de suas guerras nas sociedades que esses especialistas estudavam. Agora chamam especialistas em persuasão comunicacional em massa para que os ajudem a mobilizar a afetividade e roteiristas de filmes de guerra para fantasiar o que na guerra pode se parecer a um videogame. Esquecem que em toda a

confrontação internacional há um desacordo de estilos de vida e modos diferentes de simbolizar e imaginar o que significa viver em sociedade.

O fundamentalismo

Isso nos leva à terceira dificuldade. A auto-atribuição de intérpretes exclusivos do bem e do mal lhes permite uma única vantagem: decidir por um momento que eles representam o bem supremo. Assim, voltam a um modo de conhecimento fundamentalista, a uma concepção pré-globalizada do controle social. Depois de uma etapa primitiva em que se pensava que a globalização tornaria o mundo homogêneo, foi se percebendo que as transnacionais da música, do cinema, da roupa e da gastronomia se expandiam melhor se levassem em conta a variedade de desejos, necessidades e imaginários das culturas, e fossem capazes de se adaptar a essa heterogeneidade indestrutível do globo. A MTV, por exemplo, tem filiais diversificadas, comandadas por locutores nativos de muitas línguas, e há anos começou a reconhecer várias maneiras de fazer rock e pop. Hoje transmite, também, outras formas musicais, incluindo fusões de pop, rock, hip hop, jazz e tecno. A percepção do público de que lhe é oferecido um menu variado não é apenas uma chave da extensa difusão mundial da MTV; também cria em diversas audiências a sensação de que este canal oferece um serviço, e não uma simples submissão.

O governo norte-americano, ao aplicar a violência absoluta, sem acordos nas Nações Unidas, sem consenso, volta aos períodos mais primitivos da dominação sem hegemonia, quando se buscava dominar sem mais nem menos. (Ao terminar este artigo leio que a MTV Europa proibiu todas as músicas do grupo *The B-52's* por ter o mesmo nome dos bombardeios norte-americanos que partem cada tarde da Inglaterra, e outras músicas que têm palavras como bomba, míssil e guerra, por exemplo, 'B.O.B' – *Bombs over Bagdad* –, de Outkast, 'Guerras Santas', de Megadeath, e 'Eu, tu e a Terceira Guerra Mundial', de Gavin Frida).

Concepção manipuladora dos meios de comunicação

Há um quarto ponto cego na atual concepção norte-americana: eles não entendem as sinuosas interações entre os meios de comunicação e os diferentes modos pelos quais as sociedades se informam e agem na vida cotidiana. As indústrias culturais norte-americanas, ou as transnacionais que produzem em inglês e estão estabelecidas, predominantemente, nos Estados Unidos, conseguiram a hegemonia mundial no cinema, na música, no vídeo e na informática, graças à apropriação muito cedo de recursos tecnológicos avançados nesses campos e de um poder econômico que consegue quase sempre neutralizar ou mesmo devorar a competição. Assim, controlam os circuitos internacionais de produção e influem em hábitos e gostos de outras culturas. Impõem uma agenda conservadora e *light* de informação e entretenimento, reconhecendo a multiculturalidade, como já assinalamos, e, às vezes, a crítica, entretanto contribuem com a expansão do negócio animando-o com inovações. O que pode haver de democrático nesta abertura é afogado, quando o pensamento conservador se torna autoritário. Começamos a vê-lo na rude aplicação da economia neoliberal antes desta guerra. Em algumas fusões e vendas de empresas nos últimos anos, muitas editoras e produtoras de cinema e vídeo deixaram de ser conduzidas por especialistas nesses campos e passaram a ser dirigidas por investidores procedentes da indústria de entretenimento, do petróleo ou do ramo informático, que lhes exigem elevações nos seus rendimentos anuais esquecendo-se da diversidade dos mercados minoritários. Querem clientelas multitudinárias, não espectadores, nem leitores heterogêneos.

Este autoritarismo é exacerbado até o grotesco, quando os proprietários do pensamento político único (Bush, Aznar, Berlusconi) pretendem usar os meios de comunicação desde uma concepção manipuladora das audiências que os especialistas em comunicação, mesmo

conservadores, abandonaram há quarenta anos. Como nem sequer entendem o que aprenderam a fazer as redes midiáticas com a diversidade de culturas nacionais e étnicas, com distintas gerações de consumidores, menos ainda podem colocar-se a questão de como interagir com os movimentos sociais críticos.

A pergunta que fica

A pergunta que fica é: Por quanto tempo conseguirão sustentar sua simples prepotência num mundo no qual a globalização tecnológica e cultural nos misturou e instalou na “opinião pública” uma capacidade de acesso a informações variadas e gostos multiculturais? Não é estranho que, em muitos países, as TVs europeias (inclusive a TV da Espanha, de Aznar) ofereçam visões mais matizadas e críveis que a redução de notícias à propaganda efetuada pela CNN e pelos outros meios de comunicação oficializados nos Estados Unidos. Seu conhecimento das exigências plurais de informação leva a que canais televisivos conservadores se alimentem das notícias da cadeia *Al Jazeera*. O desenvolvimento tecnológico e intercultural propiciado pelos movimentos globalizadores hegemônicos e também pelas globalizações “alternativas” (ONGs, redes críticas na Internet) tornaram o mundo pouco propício para a monótona unidimensionalidade imperialista. Seus fracassos culturais já estão limitando seus triunfos bélicos.

Fundamentalistas sonâmbulos

Para os que vivemos fora dos Estados Unidos, e evidentemente para os que estão dentro, parece decisivo compreender este desencontro entre a inovação tecnológica mais avançada (nos recursos bélicos, na espionagem e na informática) e o que essa mesma sociedade aprendeu sobre a diversidade cultural nos estudos sobre marketing e consumo. Não sei bem por onde avançar, de maneira que me limito a seguir alguns pontos elementares.

Chama-me a atenção, sobretudo, que algumas das aproximações mais incisivas durante a discussão desta última guerra as tenha lido em romancistas como Norman Mailer e John Le Carré. Como se algumas chaves se encontrassem não tanto nas pesquisas feitas diariamente pelos movimentos de opinião, estatisticamente colhidas, quanto no que percebem aqueles que estão treinados para captar a maneira como uma sociedade vai mudando os modos de se narrar para si mesma a trama dramática e psicopolítica nos processos de longa ou média duração. Ocorreu a Mailer fazer projeções novelísticas da mentalidade conservadora, dos personagens que Bush e Hussein querem desempenhar, por que caminham “sonâmbulos pela história”, e sobretudo por que a democracia não é algo que se possa impor, nem criar em outro país pela força dos mísseis, mas que “nasce de muitas batalhas humanas, individuais e sutis, que se travam ao longo de décadas e inclusive de séculos, batalhas que conseguem construir tradições”.

Hipocrisia social e puritanismo

Logo, tenho uma pergunta pessoal: Qual é o sentido das proporções do bem e do mal, dos contrastes e das transições entre um e outro, numa sociedade que encurre um presidente, humilha-o e quase o destitui por paquerar uma estagiária, mas é incapaz de encarcerar um presidente e uma equipe de governo que durante meses planejam e finalmente executam um crime em massa contra um povo? Como se vincula a hipocrisia social de um puritanismo decadente com a vitória impune dos que conduzem os negócios sem regras, sem esfera pública?

A ausência dos partidos

A terceira observação me foi feita pelo antropólogo brasileiro Renato Ortiz, que esteve em Stanford, no princípio de 2003, como professor visitante. Ao descrever etnograficamente as marchas contra a guerra em São Francisco, ele anotava três fatos, nesta ordem: “acima de tudo, não há música nas manifestações”; “além disso, são grupos de amigos que chegam cada qual do seu lado, não há partidos políticos que participam das marchas”; “como pode ser que uma sociedade tão diversa cultural e regionalmente tenha apenas dois partidos e que são tão parecidos?”

Por outro lado, esta perspectiva crítica sobre os Estados Unidos nos leva de rebote à rediscussão sobre a sociedade e os movimentos sociais no nosso continente. Que partidos temos na América Latina? É inevitável pensar como e por que as sociedades elegeram Bush, Aznar, Blair e outros 40 governos com os quais os Estados Unidos dizem contar no atual massacre. Precisamos repensar não só os poderes, mas sobretudo esta senhora sociedade civil (como a chamou uma socióloga mexicana), a quem adjudicamos tantas virtudes, não suficientemente restauráveis com as magníficas manifestações de protesto em muitas cidades, que coexistem com as frágeis ou inexistentes manifestações em tantas outras.

Por uma cidadania multicultural globalizada

No contexto deste artigo, é preciso dizer que grande parte desse fracasso deriva da míope agenda nacional e conjuntural na qual se encapsulam os partidos e, em geral, a cultura política, sem se preocupar em entender os Estados Unidos nem a globalização. Ficamos alarmados com os ingênuos estereótipos tropicalistas e racistas com que os norte-americanos nos classificam. Mas também não ajuda a construção de relações interculturais mais inteligentes o fato de que nossos países façam política e trocas econômicas com os Estados Unidos como se este país se reduzisse aos McDonald's, à Coca-Cola, a Hollywood e alguns outros produtos de exportação, sem conhecer suas contracorrentes e alternativas, o que Edward W. Said chama “o bosque de dissidências” norte-americano.

Há tarefas imediatas em relação com a guerra, mas talvez a mais árdua seja a reelaboração da interculturalidade nos tempos longos dos intercâmbios entre as sociedades. O desafio é: como repensar um novo tipo de multilateralismo baseado não só na diplomacia política e nos acordos econômicos, mas na construção de uma cidadania multicultural globalizada”.

IDEC PROPÕE BOICOTE PELA PAZ

O Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor), entidade de reconhecida atuação na defesa do consumidor e do meio ambiente, está organizando um grande boicote aos produtos de origem estadunidense e britânica como uma forma de manifestar sua indignação com a invasão do Iraque iniciada há algumas semanas. A iniciativa do Idec não é isolada. Em todo o mundo, diversas entidades e setores da sociedade civil organizada apóiam e divulgam o boicote.

Segundo o instituto, uma das armas mais eficazes que os consumidores têm para protestar é justamente seu poder de compra, assim, o boicote aos produtos dos países que lideram a invasão do Iraque e a sua substituição por similares nacionais serviria para alertar as grandes corporações que apóiam a guerra de Bush que, em todo o mundo, haverá uma campanha sistemática contra seus produtos enquanto essa posição for mantida.

O sítio virtual www.boycotwar.net dá uma lista de vinte empresas que apóiam a guerra e devem ser boicotadas. Entre as empresas listadas estão grandes fabricantes de produtos que representam o american way of life no imaginário coletivo.

Coca-Cola, McDonalds, Exxon-Mobil (Esso), Texaco, Dell Computer, General Motors, Ford, Pepsi Co., Motorola, Time Warner/AOL, Disney, IBM, Shell, British Petroleum, Amway, FedEx, Revlon, Pfizer, Wal-Mart e Gap são as empresas relacionadas pelo sítio, que propõe a continuação do boicote até que as tropas anglo-americanas se retirem do Iraque e os EUA ratifiquem o protocolo de Quioto e o Tribunal Penal Internacional.

O poder dos boicotes já havia sido percebido há muito tempo pelos consumidores norte-americanos. Na década de 50, um grande boicote foi organizado pelo reverendo Martin Luther King contra as empresas de ônibus que proibiam negros de sentar nos bancos da frente dos coletivos. Onze meses depois do início do boicote, durante o qual a grande maioria dos negros do sul dos EUA não andaram de ônibus, os políticos, pressionados pelos proprietários das empresas, votaram uma lei que proibia a discriminação racial nos meios de transporte. Muitos outros boicotes foram feitos na história de diversos países, inclusive no Brasil.

O Idec dá orientações de como organizar o boicote em sua casa, comunidade ou local de trabalho:

- O boicote é uma "arma" dos que não concordam com a barbárie decorrente da guerra. Portanto, não é compatível com nenhum tipo de violência contra pessoas ou empresas.

Avalie, dentre os produtos que você consome regularmente, quais podem ser substituídos por similares nacionais ou de países contrários à ofensiva do governo Bush. O bom senso deve ser o principal parâmetro para o boicote.

ATÉ AQUI CHEGUEI

*Com o título acima, José Saramago, Prêmio Nobel de Literatura, publica no jornal **El País**, no dia de hoje, 14 de abril de 2003, um importante texto que traduzimos e reproduzimos na íntegra.*

“Até aqui cheguei. De agora em diante Cuba seguirá o seu caminho. Eu fico aqui. Discordar é um direito que se encontra e se encontrará inscrito com tinta invisível em todas as declarações de direitos humanos, passadas, presentes e futuras. Discordar é um ato irrenunciável de consciência. Pode acontecer que o discordar conduza à traição, mas isto sempre tem que ser demonstrado com provas irrefutáveis. Não creio que se tenha atuado sem deixar dúvidas no recente julgamento donde foram condenados a penas desproporcionadas os cubanos dissidentes. E não dá para entender que se houve conspiração que não já sido expulso o encarregado dos Negócios nos EUA em Havana, a outra parte da conspiração.

Agora chegam os fuzilamentos. Seqüestrar um barco ou um avião é crime severamente punido em qualquer país do mundo, mas não se condena à morte aos seqüestradores, sobretudo tendo em conta que não houve vítimas. Cuba não ganhou nenhuma batalha heróica fuzilando a estes três homens, mas ela perdeu a minha confiança, estragou as minhas esperanças, defraudou as minhas ilusões. Até aqui cheguei”.

TEOLOGIA PÚBLICA

DEUS NO PROJETO DO MUNDO MODERNO – II PARTE

Publicamos na semana passada a introdução e a primeira parte do artigo “**Deus no projeto do mundo moderno. Contribuições para se pensar a relevância pública da teologia**”, de Jürgen Moltmann. Este artigo foi publicado no livro MOLTSMANN, Jürgen, **Gott im Projekt der modernen Welt. Beiträge zur öffentlichen Relevanz der Theologie**, Gütersloh: Chr. Kaiser/Gütersloher Verlagshaus, 1997; tradução italiana: **Dio nel progetto del mondo moderno. Contributi per una rilevanza pubblica della teologia**, Brescia: Queriniana, 1999, p. 9-26.

O artigo, originalmente, foi uma conferência proferida nos EUA e publicada, em 1995, pela Association of Theological Schools in the United States and Canada (Associação das Faculdades de Teologia dos EUA e Canadá), com sede em Pittsburgh. O artigo foi, posteriormente, publicado pela revista alemã **Evangelische Theologie** 55/1995 e pela revista, editada em Genebra, Suíça, **Revue de Théologie et de Philosophie** 128/1996, p. 49-65. O texto aqui publicado foi traduzido, a partir da versão francesa e comparada com a tradução italiana.

Jürgen Moltmann, alemão, nascido em 1926, é professor emérito de teologia da Faculdade Evangélica da Universidade de Tübingen e é um dos mais importantes teólogos vivos na atualidade. Foi um dos inspiradores da Teologia Política nos anos 1960 e influenciou a Teologia da Libertação. É autor dos importantes livros como **Teologia da Esperança**, São Paulo: Herder, 1971 e **O Deus Crucificado. A cruz de Cristo, fundamento e crítica da teologia cristã**. Estes livros, particularmente o último, são textos fundamentais para a compreensão da Teologia da Libertação. Ele é autor, entre muitos outros livros, dos seguintes: **Deus na Criação. Doutrina Ecológica da Criação**. Vozes: Petrópolis, 1993; **O Caminho de Jesus Cristo. Cristologia em Dimensões Messiânicas**. Petrópolis: Vozes, 1994, 2ª edição; **Quem é Jesus Cristo para nós hoje?** Petrópolis: Vozes, 1997; **O Espírito da Vida. Por uma pneumatologia integral**. Petrópolis: Vozes, 1998.

A tradução do artigo para o português é de **Rogério Mosimann da Silva**, licenciado em Filosofia e Teologia pelo Centro de Estudos Superiores – CES, de Belo Horizonte, MG e em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS – Porto Alegre, RS. Atualmente, está concluindo o mestrado em Teoria Literária/Letras na UFMG. Este artigo foi publicado pelo **CEPAT Informa**, Páscoa de 2000, edição especial. Os subtítulos são nossos

A primeira parte do artigo que publicamos na edição anterior, p. 14-19, tinha o seguinte título: **A gênese do mundo moderno a partir do espírito da esperança messiânica**. Na próxima edição, dia 22 de abril, publicaremos a terceira e última parte deste importante artigo.

A Editora Unisinos acaba de publicar, de Jürgen Moltmann, o livro **A Vinda de Deus. Escatologia Cristã**, 374 p. (original alemão: **Das Kommen Gottes. Christliche Eschatologie**). O livro faz parte da Coleção *Theologia Publica*.

2ª. PARTE :

MODERNIDADE X SUBMODERNIDADE: OS TEMPOS FINAIS DO MUNDO MODERNO?

“Antes de mergulharmos na pós-modernidade, nós, que fomos seduzidos pela crença no progresso, precisamos nos deter um instante e nos dar conta das vítimas que a modernidade produziu na submodernidade. No verso da bela superfície messiânica da história, existe o lado feio, apocalíptico, pois o progresso vitorioso dos povos europeus provocou, ao preço de

elevadas perdas, a *regressão* de outros povos; e o advento da cultura da razão levou à submissão do corpo, dos sentimentos e do sentido dos seres humanos modernos. A história do triunfo do Primeiro Mundo é inseparável da história do sofrimento do Terceiro Mundo.

O custo do progresso do mundo moderno

Basta comparar as datas e estabelecer as sincronias para se dar conta. Quando, em 1517, Lutero afixava suas teses reformistas na igreja de Wittenberg e inaugurava assim a Reforma na Alemanha, Hernan Cortés embarcava para Tenochtitlan no México; ele conquistou a cidade dos astecas em 1521, no mesmo momento em que Lutero bradava diante da dieta de Worms: “Vejam. Eu não posso fazer outra coisa”. Enquanto Lessing e Kant publicavam seus escritos sobre as *Luzes*, mais de dois milhões de escravos negros eram vendidos anualmente na África e levados para a América. O avanço do mundo industrial moderno sempre se deu em detrimento da terra que foi sendo destruída, como o mostram as paisagens devastadas da região do Ruhr, da Inglaterra central, da Pensilvânia e da Sibéria. Por conseqüência, o progresso do mundo moderno aconteceu sempre às custas dos outros povos, às custas da natureza, e, hoje, às custas também das gerações futuras. Se fôssemos calcular os custos reais, constataríamos que não houve progresso substancial.

Modernidade / Submodernidade: dois lados de uma mesma moeda

O *Primeiro Mundo moderno* forma tão-somente um terço do mundo moderno, os outros dois terços representam o *Terceiro Mundo moderno*. Os *novos tempos* produziram os dois: a modernidade e a submodernidade. Mas porque uns existem na luz, e os outros, na sombra (B. Brecht), os primeiros não podem ver os demais, ou seja, os que vivem na obscuridade. A memória dos atores é sempre curta, ao passo que as lembranças das vítimas dura muito tempo. Para os povos oprimidos nos países do Terceiro Mundo, para a terra explorada e condenada ao silêncio, o messianismo da época moderna nunca foi outra coisa senão o apocalipse de sua destruição. Mas, como os mundos humanos divididos estão inseparavelmente ligados e como nenhuma cultura humana pode se soltar dos ecossistemas da Terra comum, o declínio do Terceiro Mundo arrasta consigo o declínio do Primeiro Mundo, e a destruição da Terra conduz também ao desaparecimento do gênero humano.

O fim dos tempos sob o ângulo econômico

A existência do Terceiro Mundo coincide com o aparecimento do mundo moderno. De fato, é a escravidão em massa dos africanos e a exploração das riquezas do solo na América que colocaram à disposição a mão-de-obra e os capitais para a construção e o progresso do Primeiro Mundo⁽⁴⁾. Do século XVII ao século XIX, o comércio triangular transcontinental fez a fortuna da Europa: os escravos africanos trazidos para a América; o ouro e a prata, depois o açúcar, o algodão, o café e a borracha levados da América para a Europa; os produtos industrializados e as armas exportadas para a África; e assim por diante. O capital de investimento que permitiu a industrialização da Europa Ocidental provinha desse comércio transatlântico de grande envergadura. Este destruiu as culturas e impérios da África Ocidental pelo comércio de homens, depois pelas monoculturas, bem como as economias indígenas de subsistência na América Central e na América do Sul, sacrificando assim povos inteiros sobre o altar do desenvolvimento europeu. Nós conhecemos as conseqüências disso. Não faz muito

4 A esse respeito, a obra de E. GALEANO, **Les veines ouvertes de l'Amérique Latine: une contre-histoire**. Paris: Plon, 1981 permanece fundamental. Tradução portuguesa: **As veias abertas da América Latina**. 37.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996; a propósito da escravidão, ver D. P. MANNIX e M. COWLEY, **Black Cargoes. A History of the Atlantic Slave Trade**. New York, 1974.

tempo que a exploração direta da força de trabalho e dos recursos naturais deu lugar ao serviço da dívida. Ainda hoje, os lucros que retornam aos países industrializados excedem os investimentos nos países em vias de desenvolvimento.

O Terceiro Mundo é descartável

Hoje, entretanto, a automatização da produção torna a indústria progressivamente dependente dos salários e da mão-de-obra barata dos países pobres. O desinteresse por parte dos países industrializados pelos países da África e da América Latina é crescente. E aumenta o número de seres humanos e de países que não servem para nada. O Terceiro Mundo, outrora explorado, foi transformado num *obsoleto-mundo* supérfluo e em *massas sobranes* (*surplus people*). “Contemplamos os primeiros sinais desse caminho que leva à exterminação na ‘anarquia que vem chegando’ (*coming anarchy*) à África, que Robert D. Kaplan descreveu de modo tão contundente em um artigo do *Atlantic Monthly*(5). Os Estados da África Ocidental se dissolvem e tornam-se ingovernáveis. O monopólio policial do Estado não pode ser mantido, a destruição ecológica do país empurra as pessoas para as periferias dos grandes centros, a malária e a aids aumentam o número dos *párias*. Uma massa enorme de pobres está surgindo, e avança na direção dos países ricos que, por sua vez, se erigem em fortalezas protegendo-se de tais massas através de novas *cortinas de ferro*: a fortaleza Europa, a fortaleza Japão, a fortaleza Estados Unidos, etc. Não vislumbro o choque de culturas que Samuel Huntingdon prognosticou, mas antes as cruzadas dos pobres contra os países ricos e a dizimação, pela fome e doenças, das pessoas *que sobram*.

Mundo Moderno: Começo do fim da Natureza

O surgimento do mundo moderno é igualmente *o começo do fim da natureza*”(6). O mundo moderno é o resultado da descoberta científica e do poderio técnico sobre a natureza. E hoje, como nunca, isso está se realizando. A expansão da civilização técnico-científica, tal como nós a conhecemos, conduz à extinção de um número sempre maior de espécies de plantas e de animais. Carregado de conseqüências, o efeito-estufa, produzido pelos gases carbônico e metano, modificará o clima dos próximos decênios. O solo está envenenado pelos adubos químicos e pesticidas. As florestas tropicais estão devastadas, os campos estão super-explorados, e os desertos crescem. A população humana quadruplicou ao longo dos últimos 60 anos e contará, no início do terceiro milênio, com 8 a 10 bilhões de seres humanos. As necessidades de abastecimento e a quantidade de resíduos aumentarão proporcionalmente. A população urbana aumentará e se elevará a 46,6% no ano 2000, enquanto, em 1950, era de 29%. O ecossistema humano está desequilibrado, o que, a longo prazo, leva à destruição da Terra e à autodestruição da humanidade. Essa lenta crise está sendo chamada de “poluição do meio-ambiente” e para ela estão sendo buscadas soluções técnicas. Mas, na verdade, trata-se de uma crise do grande projeto da civilização moderna. A destruição da natureza pelos seres humanos está enraizada numa relação equivocada do homem com a natureza. Se alguma orientação nova de valores fundamentais dessa sociedade não se delinear, nem um novo comportamento em relação à natureza, nem uma nova compreensão de si do ser humano, nem ainda um outro sistema econômico, então a implosão ecológica da Terra pode ser facilmente inferida dos fatos e das tendências subjacentes às crises atuais(7).

5 R. D. KAPLAN, “The Coming Anarchy”, **The Atlantic Monthly**. n. 2, v. 273, fev./1994, p. 44-76.

6 W. LEISS, **The Domination of Nature**. New York, 1972; B. MACKIBBEN, **La nature assassinée**. Paris: Presses Pocket, 1992.

7 Para um prognóstico totalmente pessimista, ver G. FULLER, **Das Ende. Von der heiteren Hoffnungslosigkeit im Angesicht der ökologischen Katastrophe**. Leipzig: Ammann, 1993.

A civilização moderna: expansionista e dizimadora

Quais são os interesses e os valores que regem a civilização moderna? Manifestamente, é a *vontade de poder* que impele os homens modernos a exercerem o poder sobre a natureza da Terra como sobre o seu próprio corpo. O crescimento do poder humano e a vontade de assegurá-lo alimentam o progresso que, econômica, financeira e militarmente falando, é sempre medido de modo quantitativo, e seu custo é pago pela natureza. A civilização moderna que proveio da Europa é uma cultura da expansão tanto em relação aos demais países quanto em relação à natureza. Perdeu-se a sabedoria da autolimitação e da manutenção do equilíbrio entre cultura e natureza que as sociedades antigas, pré-modernas ou extra-européias - chamadas hoje de "subdesenvolvidas" - respeitavam. Ela se perde igualmente no povos afixionados pelo objetivo de atingir o nível de vida ocidental. O desenvolvimento e a expansão dessa cultura de dominação se aceleram, e as catástrofes ecológicas aumentam proporcionalmente em todos os países. A partir daí, surgem as questões decisivas da época atual: a sociedade industrial significa necessariamente o "fim da natureza", ou a natureza deve ser protegida contra essa sociedade? A biosfera é a base indispensável da tecno-esfera humana, ou esta última pode ser alargada de modo que a biosfera até hoje conhecida se torne supérflua? Devemos proteger a natureza das intervenções humanas em proveito dela mesma ou será que é inevitável transformar a Terra em um mundo artificial à imagem de uma nave espacial, mundo em que poderão existir seres humanos produzidos por manipulações genéticas?

A crise de Deus

É compreensível que, em face às contradições do mundo moderno, os seres humanos façam a experiência de crises profundas de fé⁽⁸⁾. A confiança no tempo presente se perde, quando não se sabe mais se um futuro nos está reservado. A confiança em relação à natureza se desmorona, quando a Terra foi transformada em uma lata de lixo. A fé no ser humano é destruída pelos assassinatos coletivos em suas formas atuais. Não penso simplesmente nas *inseguranças* religiosas. As ofertas de *segurança* religiosa existem em grande número. Penso antes e mais profundamente, na perda da certeza de Deus e de si. Friedrich Nietzsche já o tinha exprimido em 1886 de maneira profética e patética, dizendo: "O acontecimento recente mais importante: Deus morreu". A geração de nossos pais viveu isso na Primeira Guerra Mundial ao longo da qual os povos europeus mais avançados conviveram com a matança. A minha geração fez a experiência disso nas indizíveis atrocidades e na *responsabilidade insuportável* de Auschwitz onde milhões de judeus e de outras pessoas foram eliminadas de maneira quase industrial nas câmaras de gás. Hoje, nós nos perguntamos se nosso progresso vale verdadeiramente o número das vítimas nos países do Sul.

Nós perdemos Deus

Os fundadores da modernidade pensavam numa era nova e gloriosa para todo o gênero humano, mas nós sobrevivemos nas fortalezas, em meio a um oceano de miséria massiva. Eles acreditavam que todos os humanos foram criados livres e iguais, mas nós sabemos que nosso estilo de vida moderna não é universalizável. À anarquia crescente no Terceiro Mundo corresponde a apatia crescente do Primeiro Mundo. Nossa indiferença em face aos mais desfavorecidos e humilhados é a própria expressão de nossa "frieza para com Deus" (*Gotteskälte*). O cinismo dos manipuladores modernos é a expressão do desprezo de Deus. Nós perdemos Deus, Deus nos abandonou, e isso porque nós não nos importamos nem com a dor que provocamos nos outros, nem com as dívidas que repassamos às gerações futuras. Ou

8 J. B. METZ. "Die Gotteskrise"(A crise de Deus), in **Diagnosen zur Zeit**. Düsseldorf: Patmos, 1994.

seja, fomos nós que realizamos isso, mas isso não nos toca. Estamos paralisados. O saber não se manifesta mais como poder, mas revela a nossa impotência. Uma vez que essa apatia crescente não se limita aos protestantes ou aos católicos, aos cristãos ou aos muçulmanos, aos europeus ou aos não-europeus, mas se generaliza mais e mais, ela é provavelmente fundada num afastamento objetivo de Deus: Deus esconde seu rosto e se mantém longe de nós.

Os EUA não são o Novo Mundo Messiânico: o sonho fracassou!

Os grandes sonhos da humanidade, que acompanharam as descobertas e os projetos do mundo moderno desde o princípio, foram sonhos necessários, porém irrealistas. Eles excederam as capacidades humanas. México não foi o Eldorado, e o paraíso do Éden não se encontrava na Venezuela. Os Estados Unidos não são o novo mundo no sentido messiânico, e a época moderna não se revelou de maneira nenhuma como época nova e messiânica. A descoberta científica e o domínio técnico sobre a natureza não fizeram do ser humano a imagem de Deus. As idéias humanitárias da *Aufklärung* não melhoraram o gênero humano do ponto de vista moral nem consumaram ou realizaram a história. Essas imagens do mundo novo e maravilhoso, que se seguiria ao *fim da história*, não fazem senão aumentar a miséria da história e aproximar o gênero humano de seu próprio fim. O messianismo do Primeiro Mundo engendrou os tempos apocalípticos no Terceiro Mundo e na natureza. Não sabemos mais, em definitivo, para onde o projeto do mundo moderno nos conduz. É a crise de orientação da qual tantas vezes se fala. Não sabemos mais se nosso “pensamento” e nosso “trabalho”, nesse projeto moderno, servem à vida ou à morte. É a crise do sentido freqüentemente invocada”.

DESTAQUES DA SEMANA

Frases da Semana

A Terceira Guerra Infinita

*“As bombas inteligentes, que parecem tão burras, são as que mais sabem. Elas revelaram a verdade da invasão. Enquanto Rumsfeld dizia: ‘Estes são bombardeios humanitários’, as bombas destripavam crianças e arrasavam mercados populares”. – Eduardo Galeano, escritor, no artigo ‘Náusea’, publicado no jornal argentino **Página12**, 10-4-03.*

*“O país dedicado a bombardear os demais países, que há anos vem infligindo ao Planeta uma incontável quantidade de onze de setembro, proclamou a terceira guerra mundial infinita. O presidente que não foi lutar no Vietnã graças ao pai e que somente conhece as guerras de Hollywood, manda matar e manda morrer. Não em nosso nome, clamam os familiares das vítimas das torres. Não em nosso nome, clama a humanidade. Não em meu nome, clama Deus”. - Eduardo Galeano, escritor, no artigo ‘Náusea’, publicado no jornal argentino **Página12**, 10-4-03.*

A Quarta Guerra mundial começou

“Num certo sentido, nós entramos na quarta guerra mundial. Mais que uma guerra contra o terrorismo, o desafio é estender a democracia às partes do mundo árabe e muçulmano que ameaçam a civilização liberal em cuja construção e defesa nós trabalhamos durante todo o

século XX, quando da Primeira, depois na Segunda Guerra Mundial, seguida pela Guerra Fria – ou a terceira guerra mundial”. – **James Woolsey**, que foi diretor da *Central Intelligence Agency (CIA)*, de 1993 a 1995, no artigo ‘A América vai ganhar a quarta guerra mundial’, publicado no **Le Monde**, 8-4-03.

“Esta guerra, como as outras guerras mundiais, não é uma guerra contra os outros. Não é uma guerra entre países. É uma guerra da liberdade contra a tirania”. – **James Woolsey**, que foi diretor da *Central Intelligence Agency (CIA)*, de 1993 a 1995, no artigo ‘A América vai ganhar a quarta guerra mundial’, publicado no **Le Monde**, 8-4-03.

EUA: Império Bizantino

“Entramos no período bizantino do Império. O que está para ser construído sobre as ruínas das Twin Towers, é um Império absoluto contra os fantasmas do Mal”. – **Antonio Negri**, co-autor do livro *Império*, no livro *Du retour. Abécédaire biopolitique. Entretiens avec Anne Dufourmantelle*. Paris: Calmann-Lévy, 2002, p. 210.

“Tenho uma enorme nostalgia das Twin Towers, porque elas eram o símbolo da esperança, do progresso e do trabalho para todos aqueles que chegavam a Manhattan. Eu odeio o terrorismo que destruiu as Twin Towers e as milhares de vidas que lá trabalhavam durante o dia. Odeio o terrorismo que destrói a tolerância e a multiculturalidade, os sonhos de mestiçagem que continuamos a associar aos Estados Unidos e à esperança de um novo mundo. Mas odeio também o terror de um Estado que cria vingança, que nutre o terrorismo, praticando o terror e que se recusa a pensar de maneira política, porque a relação com a violência – isto é a instauração de uma guerra generalizada – é mais fácil de gerir do ponto de vista do poder”. – **Antonio Negri**, co-autor do livro *Império*, no livro *Du retour. Abécédaire biopolitique. Entretiens avec Anne Dufourmantelle*. Paris: Calmann-Lévy, 2002, p. 210.

“Penso que a república acabou e começou o império. Se Clinton era César, Bush é Augusto”. – **Susan Sontag**, escritora americana, em entrevista ao jornal italiano **La Stampa**, 11-4-03.

A mediocridade intelectual

“Há uma coisa que me desconcerta neste poder norte-americano, nesta superioridade militar, financeira, tecnológica, mas também nas ciências humanas: o fato que certas decisões, que comprometem todo o país e todo o mundo, sejam tomadas por um pequeno grupo de homens medíocres, cuja insuficiência no plano intelectual é manifesta. A cabeça deles é habitada pelo fanatismo religioso: Bem contra o Mal, Deus que está conosco... Há uma forte carga mítica, como também há na outra parte: são dois fanatismos que se contrapõem. Com riscos incalculáveis, porque assim nas massas muçulmanas se alimenta o mito da oposição entre cristianismo e Islã. Em Washington não sabem avaliar as conseqüências das suas ações. A guerra ao Iraque foi decidida por razões insustentáveis. Todos sabemos que há outros ditadores no mundo, muitos dos quais sustentados pelos EUA”. – **Jean-Pierre Vernant**, estudioso francês que arrombou a alma dos antigos gregos, infatigável explorador dos mitos, completando 89 anos, em entrevista ao jornal **La Stampa**, 11-4-03.

Bush e Alexandre Magno

La Stampa: “Bush agita a bandeira da democracia: também Alexandre Magno queria conquistar o mundo para helenizá-lo, ou seja, para civilizá-lo. E ele passou para a história como ‘o Grande’.

Jean-Pierre Vernant: Não sei o que Alexandre tinha na cabeça, pois ele nem era um verdadeiro heleno, mas um macedônio, ou seja, um semibárbaro. Contudo, há uma diferença não pequena

em relação ao presidente americano. Para Alexandre, seu pai Felipe tinha escolhido como preceptor um certo Aristóteles – foi ele que o ‘fabricou’. Quem é o Aristóteles de Bush?

La Stampa: Qual poderia ser o modelo mítico do presidente Bush? Considerando o que o senhor disse, vem à mente Epimeteu, o gêmeo tonto de Prometeu, o imprevidente, aquele que somente compreende depois (epí), quando o mal já foi feito.

Jean-Pierre Vernant (sorrindo): Ah! Sim, Epimeteu. Mas ao menos com ele estava o irmão que o advertira, para que não deixasse em casa Pandora. Agora não tem Prometeu. Em todo o século XX, faltou a capacidade de ‘ver antes’ as conseqüências das ações”

Guerra, paz e barbárie: uma única história

“No período contemporâneo, a guerra, a paz e a barbárie se misturam e vivem uma única e mesma história”. – **Antonio Negri**, co-autor do livro **Império**, no livro **Du retour. Abécédaire biopolitique. Entretiens avec Anne Dufourmantelle**. Paris: Calmann-Lévy, 2002, p. 184.

“Antes de serem destruídas pelos terroristas, as Twin Towers foram fragilizadas pela indistinção entre a paz e a guerra”. – **Antonio Negri**, co-autor do livro **Império**, no livro **Du retour. Abécédaire biopolitique. Entretiens avec Anne Dufourmantelle**. Paris: Calmann-Lévy, 2002, p. 185.

A guerra é inerente à modernidade

“Estava errado Kant, quando pensava que o iluminismo traria a paz perpétua. Ao contrário, a guerra é inerente à modernidade. Estava errado Lenin, quando pensava que o imperialismo era uma fase superior do capitalismo. Ao contrário, o capitalismo tem sido sempre imperial. Estava errado Marx, quando pensava que o capitalismo era um sistema econômico. É, ao contrário, um sistema de dominação global que inclui a guerra, o sexismo, o racismo, o colonialismo e o imperialismo”. – **Boaventura de Sousa Santos**, sociólogo e professor catedrático na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (Portugal), no artigo ‘Império Incessante’, publicado pela **Agência Carta Maior** 7-4-03.

EUA: Nação redentora

“Um cumprimento político da esperança quiliástica no cristianismo é a idéia da nação destinada à redenção do mundo de acordo com o plano salvífico de Deus. O nacionalismo transfigurado religiosamente existiu em quase todos os povos europeus, após a desintegração do ‘Império romano da nação alemã’. O messianismo político de Hitler e seu ‘reino milenar’ foi a terrível, mas momentânea caricatura alemã dessa idéia. Os poloneses e os sérvios cultivam até hoje o mito da ‘nação redentora’. O que deve ser levado a sério é a peculiar mitologia milenarista dos EUA, porque ela tem um fundamento real”. – **Jürgen Moltmann**, teólogo alemão, no livro que acaba de ser lançado pela Editora Unisinos, **A Vinda de Deus. Escatologia Cristã**, p. 188.

“O milênio norte-americano pode representar o fim do mundo. Essa dupla interpretação é conhecida nos EUA, na medida em que o ‘sonho americano’ é seguido de perto pelo ‘pesadelo americano’ (Malcom X) e o messianismo norte-americano, pelo apocalipsismo norte-americano”. – **Jürgen Moltmann**, teólogo alemão, no livro que acaba de ser lançado pela Editora Unisinos, **A Vinda de Deus. Escatologia Cristã**, p. 198

Bush: a vitória é uma revelação!

“Para o presidente Bush tudo isto é uma revelação, a confirmação que a liberdade não é uma doutrina, mas um mandato de Deus. Ele se sente reforçado”. – **Ari Fleischer**, porta-voz da Casa

Branca, após a derrubada da estátua de Saddam Hussein, no centro de Bagdá – **Il Corriere della Sera**, 10-4-03.

O Destino Manifesto dos EUA e ... de Bush: Um novo imperialismo

“A assim chamada ‘doutrina Bush’ – guerra preventiva para destronar o terrorismo antes que tenha tempo de agir; uma nova ordem na área quente do Oriente Médio, com a instauração mediante a força, de regimes democráticos naqueles países etc. – não é somente uma invenção extemporânea de um grupo de falcões que hoje se encontram no poder na Casa Branca. Pelo contrário, isso corresponde a um sentimento religioso que, em Bush, é particularmente evidente, mas que remonta às próprias origens dos EUA, um país que foi fundado por pessoas que fugiram da Europa por amor à liberdade – à religião, à consciência, à iniciativa econômica – e que encontraram nesta inspiração a unidade de um sentimento nacional que não podia, obviamente, se fundar sobre origens étnicas comuns, sobre o enraizamento territorial (que pertencia aos ‘selvagens’, pele vermelha), e sobre a língua. Por muito tempo e em tantas situações históricas (por último, na luta contra o nazifascismo), esta verdadeira e própria religião da liberdade guiou a política dos EUA. É que Bush retoma, buscando nela uma legitimação para a sua política do bem contra o mal, mas que é percebida pelos outros países, começando pela maioria dos europeus, como o perigo de um novo imperialismo”. – **Gianni Vattimo**, filósofo italiano e deputado no Parlamento Europeu, no artigo ‘As raízes religiosas da doutrina Bush’, publicado no jornal **La Stampa**, 11-4-03.

Shock & Awe

“Causa choque e pavor verificar que a única superpotência do Planeta equipara o passeio militar contra um tiranete de subúrbio e um Exército mulambento, de capacetes furados, e sem Força Aérea, com as epopéias que foram as vitórias na guerra “quente” de 1939/45 e na Guerra Fria que se seguiu”. – **Clóvis Rossi**, jornalista, no artigo ‘Caubóis enlouquecidos’ – **Folha de S. Paulo**, 11-4-03.

“Bem feitas as contas, verifica-se que o maior perigo para o mundo é os Estados Unidos, com um governo espantosamente pequeno para um país incrivelmente poderoso, se autoconcederem o direito de matar indiscriminadamente, porque se sentiram vulneráveis depois do 11 de setembro ou porque o seu presidente cisma com outro governante qualquer”. - **Clóvis Rossi**, jornalista, no artigo ‘Caubóis enlouquecidos’ – **Folha de S. Paulo**, 11-4-03.

Governo Lula: A Ortodoxia do bem

“Nos cem primeiros dias de seu governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi aquele que, desde a redemocratização, menos adotou intervenções na vida nacional para gerenciar expectativas do mercado e da sociedade. Também foi o que enfrentou menos turbulências: não teve derrotas sérias no Congresso ou no judiciário e foi o único que não trocou ministros nesse período. Em seus cem dias, o governo Lula elevou a taxa básica de juros de 18% para 26,5%. O dólar recuou dos R\$ 3,50 para cerca de R\$ 3,15. Com um mês e meio de governo, anunciou cortes orçamentários da ordem de R\$ 14 bilhões. O estilo de gerenciamento de expectativas sem medidas de impacto foi marcado por reuniões. Lula já esteve com todos os governadores, foi à reunião do diretório nacional petista e esteve no Congresso para ler sua mensagem de governo”. – Reportagem do jornal **Valor Econômico** sobre os cem dias do governo Lula – 10-4-03.

“Ortodoxia do bem desperta interesse do FMI e BIRD” – manchete do jornal **O Estado de São Paulo**, 14-4-04, comentando a curiosidade dos organismos multilaterais sobre a conciliação proposta pelo governo Lula entre as políticas sociais com a responsabilidade macroeconômica, denominada pelos burocratas do governo de ‘ortodoxia do bem’.

A Tecnologia do Bebê – A segunda revolução da fertilidade

“Creio que estamos ante a revolução mais importante que as mulheres da nossa geração estamos vivendo. A revolução que nossas mães viveram foi a chegada da pílula. Ela lhes abriu a possibilidade de decidir se queriam ter filhos. Hoje, elas têm a opção de decidir em que condições querem tê-los”. – **Olga Ruiz**, autora do livro **Todo por un hijo**, recém-lançado na Espanha, onde analisa formas de maternidade que há 20 anos pareciam impensáveis, graças aos avanços do que chama ‘a tecnologia do bebê’, em entrevista ao jornal **El País**, 5-4-03.

“Na Espanha, nascem, diariamente, 1.000 crianças, uma cifra que nem na Guerra Civil foi tão baixa. Três de cada 10 crianças espanholas são filhos únicos”. - **Olga Ruiz**, autora do livro **Todo por un hijo**, em entrevista ao jornal **El País**, 5-4-03.

O intelectual brasileiro segundo Celso Furtado

"Se tivesse de, em poucas linhas, traçar o retrato típico do intelectual nos nossos países subdesenvolvidos, eu diria que ele reúne em si 90% de malabarista e 10% de santo. Assim, a probabilidade de que se corrompa, quando já não nasce sem caráter; é de nove em dez. Se escapa à regra, será implacavelmente perseguido e, por isso mesmo, uma reviravolta inesperada dos acontecimentos poderá transformá-lo em herói nacional. Se persistir em não se corromper; daí para a fogueira a distância é infinitesimal; de resto, por maior que seja sua arrogância, nunca entenderá o que lhe terá ocorrido" - **Celso Furtado**, em entrevista publicada no livro **Celso Furtado. Entrevistado por Aspásia Camargo e Maria Andréa Loyola**. Coleção Pensamento Contemporâneo. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, p. 36.

EVENTOS IHU

IHU Idéias

IHU IDÉIAS REFLETE SOBRE A GUERRA E O SILÊNCIO DE DEUS

Na tarde da última quinta-feira, dia 10 de abril, a sala 1C103 do Centro de Ciências Humanas da Unisinos estava lotada. Os participantes vieram atraídos pelo tema *O ruído de guerra e o silêncio de Deus*, na segunda edição do *IHU Idéias* do mês de abril. O palestrante foi o prof. Dr. Manfred Zeuch, professor da Ulbra. Manfred falou sobre os conceitos de guerra justa e a presença de Deus no contexto.

Ecoss do Evento

“A explanação foi muito profunda. É a primeira vez que venho ao *IHU Idéias* e achei bem interessante. O professor fez uma boa análise do tema, demonstrando uma capacidade incrível”.

Catarina Dischinger, participante do Nutti da Unisinos.

“Foi bastante bem refletido. Eu sinto que há aspectos que podem ser continuados na discussão. Um exemplo é a posição não-violência em relação à violência. Bush não deveria ter reagido de forma violenta em protesto ao atentado violento de 11 de setembro”.

Prof. Erno Wallauer, professor do Centro de Ciências Humanas da Unisinos.

“Esse tema é muito interessante e foi muito bem explicado. Para mim, Deus não é a favor dessa desordem. Ele não está totalmente em silêncio. Apenas ainda não se manifestou”.

Davi Alexandre Tomm, aluno do curso de Jornalismo da Unisinos.

CICLO DE ESTUDOS SOBRE O BRASIL

No último dia 10 de abril, quinta-feira, foi aberto o Ciclo de Estudos sobre o Brasil, novo projeto do IHU. O prof. Paulo Staudt Moreira, do PPG em História da Unisinos, apresentou a obra *Casa grande e senzala*, de Gilberto Freyre.

Ecoss do Evento

“Foi muito bom. A explanação abordou bem o aspecto histórico. Como sou da área da Literatura, achei interessante cruzar os dois enfoques. O trabalho foi dinâmico e muito rico, em função da diversidade de áreas presentes no plenário durante o debate. Não faltarei nas próximas sessões do Ciclo”.

Alessandra Fabiana Cavalcanti, graduada em Letras e estudante do curso de Especialização em Literatura da Unisinos.

“Achei bem interessante. Esse evento preenche a lacuna da retomada dos estudos da historiografia clássica brasileira. A escolha de Gilberto Freyre para a abertura do Ciclo foi excelente!”.

Cláudio de Sá Machado Jr., aluno do curso de História da Unisinos.

Confira a programação completa do Ciclo de Estudos sobre Brasil, que será retomada no próximo mês:

Dia 8 de maio, das 14h às 17h, na sala 1C103, o livro a ser abordado é *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, pela prof^a. Eliane Cristina D. Fleck, do PPG em História da Unisinos.

No dia 5 de junho, no mesmo horário e local das sessões anteriores, a professora Márcia Lopes Duarte, do Centro de Ciências da Comunicação da Unisinos, apresentará a obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha.

Finalizando a etapa, no dia 12 de junho, o tema a ser trabalhado será *A construção do Brasil: idéias sobre a identidade nacional*. Será no Auditório Maurício Berni, Centro de Ciências Jurídicas da Unisinos, das 20h às 22h.

CICLO DE PALESTRAS SOBRE O IDOSO

Dentro da temática da Campanha da Fraternidade deste ano, o Instituto Humanitas Unisinos e o Centro de Ciências Humanas promovem um ciclo de palestras sobre o Idoso no decorrer deste mês.

A primeira palestra foi na última segunda-feira, dia 7. Na ocasião, o Prof. Dr. Castor Bartolomé Ruiz, do PPG em Filosofia da Unisinos, abordou o tema *Aspectos antropológicos dos conceitos e preconceitos do envelhecimento*.

A programação continua amanhã, dia 15. A prof^ª. Dr^ª. Ivete Leocádia Keil, do Centro de Ciências Humanas, estará no auditório do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas, das 19h30min às 22h, falando sobre os *Aspectos culturais dos conceitos e preconceitos do envelhecimento*.

Mais duas sessões estão previstas na programação. Dia 28 de abril, das 8h30min às 11h, no Auditório Central, Centro de Ciências Humanas, o tema a ser abordado pela prof^ª. MS Olga Fresia Collinet Heredia é *Aspectos demográficos sobre o Idoso*. Encerrando o ciclo, dia 30 de abril, das 19h30min às 22h, no Auditório Central, será debatido o tema *Aspectos religiosos e étnicos dos conceitos e preconceitos do envelhecimento*, com auxílio da prof^ª. MS Matilde Cechin, do Centro de Ciências Humanas.

IHU REPÓRTER

IHU Repórter traça o perfil de:



Fabrício Silveira

Natural de Santa Maria, 31 anos, Fabrício Silveira é doutorando em Comunicação na Unisinos. Divide seu tempo entre a pesquisa e as aulas nos Cursos de Comunicação da Unisinos, além de fazer parte da comissão que organizou o **Ciclo de Estudos sobre o Brasil**, promovido pelo IHU e que está em pleno andamento. Fabrício é organizador dos livros **Cultura e Mediatização**. São Leopoldo: Unisinos, 2002 e **O campo das mídias**. Estratégias e representações. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

Família- Sou o mais velho de quatro irmãos. A minha família é marcada pelo rural. Embora meus pais morem na cidade, meus avós são do interior, e a família toda tem uma cultura muito fortemente ligada à terra. Meus irmãos estudam Agronomia e Veterinária. Eu fui o único que, de certa forma, se afastou disso.

Formação- O doutorado é minha atual obsessão, me absorve muito tempo, principalmente neste semestre em que estou encaminhando o trabalho para a defesa. Não sei que aconteceu, não planejei. Cursei jornalismo na UFSM e, nos últimos dois anos, tive a oportunidade de ser bolsista de iniciação científica do CNPq. Um mês depois, abriu o mestrado em Comunicação na UFRGS, em Porto Alegre. Minha defesa foi a segunda. Em 98, terminei o Mestrado e me convidaram para dar aulas na Unisinos. Em 1999, abriu o Doutorado em Comunicação na Unisinos e, no ano seguinte, comecei a cursá-lo.

Pesquisa- Atualmente, estou trabalhando em duas pesquisas. A do doutorado é sobre Walter Benjamin. Gosto de Benjamin, porque discute comunicação urbana, é um leitor da metrópole. Na pesquisa, eu estudo o espaço urbano, especificamente, a TV no espaço da cidade. Estou aplicando Benjamin, já que ele não conheceu a TV. Participo, também na pesquisa da profª. Denise Cogo sobre mídia e migração.

Autor- Walter Benjamin.

Livro- *Dialética do olhar*, de Walter Benjamin e *O trabalho das passagens*, de Susan Buck-Morss.

Filme- *Amnésia*, de Christopher Nolan e *Amores brutos*, de Alejandro González Iñárritu.

Um presente- Cartões.

Um grande sonho- Escrever um bom livro de ficção.

Unisinos- Uma extensão de minha casa, de minha família e de minha cidade.

Momento mais feliz- Acho que ainda está por vir. Imagino que será a defesa da tese. Para mim, não só será um rito acadêmico, representa maturidade e uma conquista, vai me dar solidez.

IHU- É como aquela peça da casa na qual tu tens vontade de ficar mais tempo por curiosidade e conhecer mais.

Páscoa- Nesta Páscoa, irei a Santa Maria. Essa data tem para mim um sentido de confraternização em família. Uma pausa especial para ajustar os eixos e retomar o fôlego.

AVISOS DA COORDENAÇÃO

TV Unisinos

No dia 1º de abril, a coordenadora de programação da TV Unisinos, Analice Bolzan, esteve reunida com a coordenação do IHU, para discutir possibilidades de participação do Instituto Humanitas Unisinos na TV.

Rádio Unisinos

No dia 7 de abril, a coordenação do IHU esteve reunida com o jornalista Alexandre Kielling, diretor do complexo de tele-difusão e tecnologia educacional, e com Isaias Porto, gerente de conteúdo e programação da Rádio Unisinos.

Lideranças Comunitárias

No dia 7 de abril, segunda-feira, a coordenação do IHU reuniu-se com Fátima Beatriz da Silva Maria e Maria Guaneci Marques de Ávila, assessoras da deputada estadual Maria do Rosário. Também estiveram presentes o professor José Renato Soethe e Telmo Adams, ambos da área

de concentração Trabalho, Solidariedade e Sustentabilidade do IHU. Foi apresentada a proposta da realização de cursos para lideranças comunitárias.

Cadernos IHU Idéias

Também no dia 7 de abril, a coordenação reuniu-se com Telmo Adams, para prosseguir os encaminhamentos da nova publicação do Instituto Humanitas Unisinos – *Cadernos IHU Idéias*.

A União Faz a Vida

Na última sexta-feira, dia 11 de abril, a coordenação do IHU se reuniu com os responsáveis pelo Programa *A União Faz a Vida*. Estavam presentes Jacinto Schneider, gerente administrativo do Centro de Ciências Humanas, Vergílio Perius, coordenador do Programa na Unisinos, Rejane Henneman e Maria Inês Drehmer, do Escritório de Gestão e Tecnologia – EGT e Maria Aparecida de Jesus Valadão, secretária do Programa.

INTERATIVO

Cartas do Leitor

Queridos amigos: queria parabenizar a equipe do *IHU On-Line* pela última edição do boletim. Achei todos os artigos muito esclarecedores sobre a realidade atual à luz da próxima festa da Páscoa que estamos por viver.

Cristina Giani,
membro da Comunidade Missionária de Cristo Ressuscitado,
de São Leopoldo

O boletim IHU On-line está ótimo! Parabéns!
Um abraço e votos de Feliz Páscoa, sem guerras.

Magda
Conferência dos Religiosos do Brasil - Rio de Janeiro

Agradecemos também as mensagens de apoio recebidas do Ibrades, de Brasília, da profa. Dra. Maria Soares de Camargo, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, SP e do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores – CEPAT, de Curitiba, PR..

Olá amigos!
Parabéns pelo boletim.
Aproveito a oportunidade para fazer a seguinte sugestão: as entrevistas realizadas poderiam ser revisadas pelos entrevistados, no sentido de precisar melhor as informações, já que, muitas vezes, apenas na fala, não somos capazes da necessária clarificação.

Um grande abraço,
Marilene Maia, professora do Centro de Ciências Humanas

À Redação do IHU On-Line,
Um pequeníssimo alerta, já que o *IHU On-Line* é tão cuidadoso na apresentação. O nome do jornal, fonte bastante usual de matérias, é **Folha de S. Paulo**, e não **Folha de São Paulo**, como muitas vezes consta no IHU.
É muito provável que o S. - sempre abreviado no jornal - possa significar São, mas desde que a Folha adotou esse nome em 1º de janeiro de 1960, sucedendo à *Folha da Manhã*, até hoje, o jornal não fez esta revelação por escrito.

**Com sempre renovada admiração,
Attico Chassot,
professor do PPG em Educação
do Centro de Ciências Humanas da Unisinos**

Sala de Leitura



"O livro que estou lendo atualmente se chama *Transparências da eternidade*, de Rubem Alves. Campinas: Versus. 2002, 152 páginas. A obra é uma coletânea de crônicas poéticas em torno de Deus, da religiosidade e do sentido da vida. Estou gostando do livro pela beleza como o tema da religiosidade e do amor é trabalhado, acreditando que só poeticamente é possível falar de Deus. Destaco a crônica *Deus Existe?*, e nela, o seguinte trecho: *E assim, usando a ontologia de Riobaldo, eu posso dizer que Deus tem de existir. Tem beleza demais no Universo, e beleza não pode ser perdida. E Deus é esse Vazio sem fim, gamela infinita, que pelo Universo vai colhendo e ajuntando toda beleza que há, garantindo que nada se perderá, dizendo que tudo o que se amou e se perdeu haverá de voltar, se repetirá de novo. Deus existe para tranquilizar a saudade. Posso então responder a pergunta que me fizeram. É claro que acredito em Deus...*"

Prof.ª. Dra.ª. Cleide Rohden, doutora em Teologia, mestre em Filosofia, graduada em Filosofia e em Psicologia e professora do Centro de Ciências Humanas.



"Estou lendo o livro *Felicidade*, de Eduardo Gianetti. Editora Companhia das Letras, 232 páginas. O autor é um economista brasileiro. Na obra, ele faz a relação entre o poder aquisitivo e a felicidade. Quando o autor se refere à felicidade, eu leio como bem-estar, pois acredito que a felicidade não pode ser mensurada e muito menos ser atribuída a um padrão financeiro. O interessante é ver como um economista, caracterizado pelo raciocínio lógico, aborda uma temática tão subjetiva como o bem-estar e a felicidade. É um ensaio sobre a felicidade humana em forma de diálogo filosófico. Quatro personagens contemporâneos e bem brasileiros fazem uma incursão pelas preocupações da filosofia do século XVIII, discutindo aproximações e incompatibilidades existentes entre civilização e natureza, entre progresso e razão".

**Delta Buchfink,
graduada em Jornalismo e em Direito,
é assessora acadêmica da Unisinos.**



"Atualmente leio *Organizações Espetaculares* de Thomaz Wood Jr., publicado pela FGV Editora, em 2001. O autor escreve regularmente para a Revista **Carta Capital**, falando sobre gestão. Neste livro, Wood Jr. nos traz a abordagem do espetáculo aplicado aos fenômenos organizacionais. Inspirado em textos clássicos sobre a espetacularização, como *The society*

of spectacle, de Guy Debord⁹), Wood nos diz que na intensa competição em que as organizações contemporâneas estão imersas, o fator chave a ser gerenciado não é o capital, o trabalho ou o conhecimento, mas a imagem, a retórica e a manipulação dos símbolos. Neste ambiente de espetáculo, o poder e a imagem se confundem e uma questão é posta ao leitor: "O que virá a seguir neste tortuoso caminho da espetacularização da vida social, na qual parecer é mais importante do que ser?" É uma leitura oxigenadora e instigante. Problematisa e permite novas perspectivas para a melhor compreensão de nossos ambientes de trabalho e de nós mesmos, no contexto atual da sociedade".

Prof. MS Lauro d'Ávila, mestre em Administração de Empresas e coordenador executivo do Curso de Comunicação Social - Habilitação Relações Públicas.

EXPEDIENTE:

IHU On-Line é o boletim semanal do Instituto Humanitas Unisinos (IHU) com uma versão eletrônica enviada por e-mail nas segundas-feiras, ao meio-dia, e uma versão impressa que é distribuída, no final da tarde de segunda-feira, internamente na Universidade. **Coordenador do IHU:** Prof. Dr. Inácio Neutzling. **Coordenadora adjunta:** Prof^a Ms. Vera Regina Schmitz. **Redação:** Inácio Neutzling, Sonia Montañó e Graziela Wolfart. **Revisão:** Mardilê Friedrich Fabre. **Fone:** 59033333 ramal 1173 ou 1195. **E-mail:** lhuinfo@poa.unisinos.br



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

⁹ .- O título original deste livro é: **La société du spectacle. Commentaires sur la société du spectacle**. O livro foi traduzido para o português sob o título **A Sociedade do Espetáculo. Comentários sobre a sociedade do espetáculo**, Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. *Nota do IHU On-Line*.